

**AVALIANDO O ENEM: QUESTÕES DE GRAMÁTICA  
SOB ÓTICAS DA LINGUÍSTICA TEÓRICA  
E DA LINGUÍSTICA APLICADA**

*Rosana Ferreira Alves (UESB)*

[alzana70@yahoo.com.br](mailto:alzana70@yahoo.com.br)

*Bárbara Luzia Alves Santos (UESB)*

[barbaraluziaa@yahoo.com.br](mailto:barbaraluziaa@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente estudo propõe uma análise crítica das questões de gramática presentes nas provas do ENEM entre os anos de 2015 a 2024, a partir das perspectivas da Linguística Teórica e da Linguística Aplicada. Observa-se que o exame tem adotado progressivamente uma abordagem menos normativa e mais funcional da linguagem, refletindo concepções que valorizam o uso da língua em contextos reais e variados. As questões priorizam a interpretação de fenômenos linguísticos a partir de textos autênticos, promovendo uma visão da gramática como instrumento de construção de sentido, em consonância com os princípios defendidos por autores como Geraldi (1984), Neves (2003), Travaglia (2009), Antunes (2010) e Alves (2017a). Por outro lado, remanesce ainda certa influência da tradição gramatical normativa, oriunda da Linguística Teórica formalista, sobretudo nas exigências de reconhecimento de estruturas e correções linguísticas. A análise evidencia um tensionamento entre duas visões de língua: uma centrada na norma-padrão e outra voltada para a diversidade e a funcionalidade do uso linguístico. Nesse contexto, destaca-se a importância de uma formação docente que compreenda as diferentes correntes linguísticas, a fim de mediar criticamente a abordagem do ensino de gramática e sua representação em avaliações externas como o ENEM.

**Palavras-chave:**

**ENEM. Linguística Aplicada. Linguística Teórica.**

**ABSTRACT**

This study proposes a critical analysis of the grammar questions present in the ENEM exams from 2015 to 2024, based on perspectives from Theoretical Linguistics and Applied Linguistics. It is observed that the exam has progressively adopted a less normative and more functional approach to language, reflecting conceptions that value the use of language in real and diverse contexts. The questions prioritize the interpretation of linguistic phenomena through authentic texts, promoting a view of grammar as a tool for constructing meaning, in line with the principles advocated by authors such as Geraldi (1984), Neves (2003), Travaglia (2009), Antunes (2010), and Alves (2017a). On the other hand, there still remains a certain influence of the normative grammatical tradition, derived from formalist Theoretical Linguistics, especially in the requirements related to the recognition of structures and linguistic correctness. The analysis highlights a tension between two views of language: one centered on the standard norm and the other focused on linguistic diversity and functional use. In this context,

the importance of teacher education that comprehends different linguistic approaches is emphasized, in order to critically mediate the teaching of grammar and its representation in external assessments such as the ENEM.

**Keywords:**

**ENEM. Applied Linguistics. Theoretical Linguistics.**

### **1. *Abordagem comparativa entre teorias formalistas e funcionalistas no ensino de línguas***

A compreensão do ensino de línguas exige conhecer diferentes concepções teóricas sobre a linguagem. Destacam-se as abordagens formalistas e funcionalistas, cujas diferenças influenciam o ensino e a aprendizagem no Brasil. Embora distintas, ambas contribuem para aprimorar as práticas pedagógicas. As teorias formalistas, como o estruturalismo e o gerativismo, veem a linguagem como um sistema de regras autônomas. O estruturalismo, com base em Saussure (2012), trata a língua como um conjunto de signos organizados por oposições, priorizando a descrição das normas da língua padrão. O gerativismo, de Chomsky (2000), entende a língua como uma faculdade mental inata, guiada por princípios universais e voltada ao desenvolvimento da competência gramatical, ou seja, o conhecimento internalizado das regras.

As principais contribuições do gerativismo para a formação docente estão na valorização do conhecimento teórico sobre a estrutura da língua e na concepção da gramática como um sistema inato. Chomsky (1965), em *Aspects of the Theory of Syntax*, propôs que um conjunto finito de regras gera infinitas sentenças, transformando a visão de língua para um sistema criativo. O gerativismo também introduziu a distinção entre competência e desempenho: a competência é o conhecimento tácito da língua; o desempenho, o uso desse saber na comunicação. Assim, os erros dos aprendizes não são falhas, mas sinais naturais do processo de aquisição. Em *Reflections on Language* (1975), Chomsky reforçou a ideia de uma gramática universal, compartilhada por todos. Esse princípio orienta a formação de professores para uma compreensão teórica rigorosa, promovendo práticas que respeitam a aquisição natural e valorizam a criatividade linguística dos alunos.

As abordagens formalistas têm como mérito a sistematização do conhecimento linguístico, contribuindo para a descrição precisa das estruturas linguísticas. Além disso, oferecem fundamentos sólidos para o ensino da norma culta, especialmente no contexto de formação acadêmi-

ca e concursos públicos. No entanto, seu limite está na descontextualização do uso linguístico, uma vez que priorizam o sistema em detrimento da prática comunicativa (Cf. Travaglia, 2009).

Por outro lado, as teorias funcionalistas compreendem a língua como um fenômeno social orientado para o uso. A Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday (1994), e os estudos de base interacionista e enunciativa, como os de Bakhtin (2003), propõem que a língua deve ser ensinada a partir de seus usos reais e de sua função na construção dos sentidos em diferentes contextos. Essa abordagem valoriza os gêneros discursivos, a variação linguística e a competência comunicativa dos falantes, promovendo um ensino mais próximo da realidade sociocultural dos estudantes.

Assim sendo, enquanto as abordagens formalistas enfatizam o “saber sobre a língua”, os funcionalistas priorizam o “saber usar a língua” (Cf. Marcuschi, 2008). Ambas são relevantes: o ensino formal oferece ferramentas para a precisão linguística e o domínio da norma-padrão, essencial para certas esferas sociais; porém, o ensino funcional desenvolve a capacidade de adaptação linguística, interpretação de sentidos e atuação crítica em diversas práticas discursivas. A seguir, apresentamos quadro comparativo de conceitos importantes dessas duas vertentes teóricas.

**Quadro: Comparação entre Formalismo (Gerativismo) e Funcionalismo (Sociolinguística, Teorias do Discurso)**

Aspecto	Formalismo (Gerativismo)	Funcionalismo
<b>Natureza</b>	Linguagem inata e universal (Chomsky, 1965).	Produto de necessidades comunicativas (Halliday, 1994).
<b>Gramática</b>	Sistema de regras mentais abstratas.	Sistema adaptativo, moldado pelo uso.
<b>Aquisição</b>	Guiada biologicamente (Chomsky, 1981).	Influenciada pela interação social (Tomasello, 2003).
<b>Variação</b>	Secundária, pouco valorizada.	Essencial e constitutiva.
<b>Competência</b>	Ênfase na competência idealizada.	Ênfase na performance real.
<b>Objetivo</b>	Descrever regras universais.	Explicar relações entre função e forma.
<b>Método</b>	Introspectivo e teórico.	Empírico e discursivo.
<b>Forma e função</b>	Forma independente da função.	Função molda as formas linguísticas.

Assim sendo, a comparação entre o Formalismo e o Funcionalismo evidencia abordagens complementares para o ensino e a análise da

linguagem. Enquanto o formalismo, com base nos trabalhos de Chomsky (1965; 1981), privilegia a descrição de regras mentais universais, o funcionalismo, conforme Halliday (1994) e Tomasello (2003), destaca o papel do uso, da função comunicativa e da variação como fatores determinantes na estruturação da linguagem. No contexto educacional, especialmente na formação de professores de línguas, compreender ambas as perspectivas ampliam a capacidade de refletir criticamente sobre a gramática e seu ensino, favorecendo práticas pedagógicas mais integradas e contextualizadas.

Assim sendo, para a formação do professor de línguas, defende-se como fundamental uma abordagem integradora, que reconheça os aportes de ambas as correntes. Como observa Antunes (2010), ensinar a língua apenas pelo viés normativo é insuficiente, mas ignorar completamente a dimensão formal também compromete a formação linguística do aluno. O equilíbrio entre estrutura e uso, entre norma e variação, entre forma e função, deve ser o horizonte para uma educação linguística significativa e inclusiva.

## **2. *Sobre como a gramática foi abordada no ENEM de 2012–2013***

Em artigo científico Alves (2014) analisa as questões de gramática, presentes nas provas do ENEM dos anos de 2012 e 2013, destacando a forma como o exame aborda os conteúdos gramaticais. A autora evidencia que o ENEM prioriza uma abordagem discursiva e interpretativa da gramática, ou seja, as questões não exigem do candidato apenas a aplicação mecânica de regras, mas sim a capacidade de compreender os efeitos de sentido produzidos nos textos. A gramática, nesse contexto, é tratada como um instrumento de construção de significados e não como um fim em si mesma.

Segundo Alves (2014), essa orientação está em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais e com a perspectiva da Linguística Aplicada, que defendem o ensino da língua materna em articulação com o uso real da linguagem.

O foco, portanto, recai sobre a leitura e a análise linguística em contextos discursivos, considerando os gêneros textuais, as variações linguísticas e a função social da linguagem. A autora ressalta ainda que essa abordagem contribui para a formação da identidade sociolinguística dos estudantes, pois reconhece a língua como um fenômeno social, histórico

e culturalmente situado. Nesse sentido, Alves propõe que a prática pedagógica deve acompanhar essa perspectiva, promovendo atividades que desenvolvam a competência linguística dos alunos a partir da análise crítica de textos diversos.

Assim, o ensino de gramática deixa de ser centrado na nomenclatura e na normatividade para se tornar uma prática reflexiva e significativa, capaz de contribuir para a formação de leitores e usuários proficientes da língua.

### **3. Críticas e sugestões ao ensino de gramática na escola básica**

Na obra *O texto na sala de aula*, Geraldi (1984) propõe uma perspectiva inovadora para o ensino de gramática, deslocando o foco tradicional, centrado na memorização de regras e na análise mecânica de estruturas, para uma abordagem mais significativa e integrada ao uso da linguagem.

Segundo esse autor, a gramática não deve ser ensinada como um fim em si mesma, mas como um instrumento para compreender e produzir textos em contextos reais de comunicação. Ele critica o ensino normativo e prescritivo, que fragmenta a língua em partes isoladas (morfologia, sintaxe, ortografia) e desconsidera sua função social e discursiva. Esse linguista (1984) propõe três eixos para o trabalho com a linguagem na escola:

1. **Ensino de gramática** – com foco no funcionamento da língua e não apenas na norma culta.
2. **Produção de textos** – promovendo a escrita como prática social.
3. **Leitura** – entendida como atividade interpretativa.

Para ele, o ensino de gramática deve ser contextualizado e funcional, ou seja, vinculado à prática da leitura e da produção textual. Assim, os conteúdos gramaticais são ensinados e aprendidos na medida em que surgem como necessidade na análise ou na produção de textos, e não como conteúdos descolados do uso. Assim, conforme Geraldi:

O ensino de gramática não pode ser tomado como a apresentação e memorização de um conjunto de regras que devem ser aplicadas na produção de textos, mas sim como uma reflexão sobre o funcionamento da língua nas situações reais de uso. (Geraldi, 1984, p. 34)

Dessa forma, o autor inaugura uma perspectiva que influenciou profundamente as propostas contemporâneas de ensino de língua portuguesa, como as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que também defendem um ensino de gramática articulado às práticas sociais de linguagem.

Moura Neves (2003), Travaglia (2009) e Antunes (2010), com perspectiva similar à Geraldí (1984) constituem referenciais fundamentais para a renovação das práticas pedagógicas no ensino de gramática no Brasil. Esses autores promovem uma ruptura com o modelo tradicional, caracterizado pela memorização de regras e pela prescrição normativa, e propõem uma abordagem reflexiva, funcional e contextualizada da gramática.

Moura Neves, especialmente em sua obra *Gramática na escola: normas e uso* (2003), propõe uma visão que distingue claramente a gramática normativa da gramática descritiva. Para a autora, o ensino da gramática deve priorizar a reflexão sobre o funcionamento real da língua, valorizando a variação linguística e reconhecendo a língua como um fenômeno social e dinâmico. Ela critica a prática tradicional que encara a gramática como um conjunto fixo e inquestionável de regras, defendendo que os conteúdos gramaticais sejam sempre analisados a partir de situações concretas de uso, inseridos nos textos e na diversidade linguística. Moura Neves orienta que a gramática seja ensinada como um instrumento para ampliar a competência comunicativa dos alunos, e não como uma imposição normativa.

Travaglia (2010), por sua vez, em sua obra *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus* (2009), também advoga por uma concepção de ensino de gramática que se afasta da prática tradicional e normativista. Sua proposta fundamenta-se na ideia de que a gramática deve ser ensinada em articulação com os processos interativos de produção de sentidos, ou seja, inserida na prática discursiva. Para ele, não se trata apenas de conhecer as regras gramaticais, mas de compreender como essas estruturas funcionam para a construção do texto e para o desenvolvimento da competência comunicativa. Travaglia reforça que o ensino de gramática deve possibilitar ao aluno refletir sobre o uso da língua em diferentes gêneros textuais, desenvolvendo assim uma gramática que sirva para a interação social.

Por fim, Antunes, na obra *Língua, texto e ensino: outra escola possível* (2010), amplia essa perspectiva ao propor uma concepção de ensino de gramática que esteja sempre integrada ao trabalho com textos, ressaltando que não há sentido em ensinar gramática de forma isolada. A autora defende a ideia de uma “outra escola possível”, em que se privilegie o desenvolvimento da competência discursiva, da capacidade de leitura e produção textual, deslocando o foco do ensino da gramática normativa para uma abordagem que privilegie a análise do funcionamento da língua nos textos. Para Antunes, é essencial superar a visão da gramática como um fim em si mesma e transformá-la em meio para melhorar as práticas de leitura e escrita dos alunos.

Apesar das diferenças de foco teórico e metodológico, esses três autores convergem na crítica ao modelo tradicional, na defesa da integração entre gramática e texto, na valorização da variação linguística e na busca por um ensino de gramática que amplie a competência comunicativa dos estudantes.

Enquanto Moura Neves (2003) enfatiza a distinção epistemológica entre gramáticas e a necessidade de uma abordagem reflexiva, Travaglia (2009) destaca a articulação entre gramática e interação social, aproximando a gramática do discurso. Entretanto, Antunes concentra-se especialmente na prática pedagógica, propondo estratégias didáticas inovadoras que rompem com o ensino tradicional e privilegiam o trabalho com textos.

Em síntese, as contribuições de Moura Neves (2003), Travaglia (2009) e Antunes (2010) são fundamentais para a construção de uma proposta de ensino de gramática que se oriente pela reflexão crítica sobre a linguagem em uso. Esses autores indicam caminhos para a formação de sujeitos capazes de compreender e produzir textos em contextos diversos, respeitando a pluralidade linguística e desenvolvendo uma competência comunicativa efetiva. Suas obras são, assim, referências indispensáveis para professores comprometidos com uma educação linguística mais democrática, significativa e humanizadora.

No artigo “Ensino de gramática no cenário atual: impactos de princípios e parâmetros de teorias linguísticas nas três últimas décadas”, Alves (2017a) propõe uma análise crítica sobre a trajetória do ensino de gramática no Brasil, observando como diferentes teorias linguísticas influenciaram – e ainda influenciam – as práticas pedagógicas em sala de aula. A autora discute o deslocamento de uma abordagem normativa e

tradicional para perspectivas mais descritivas e analítico-funcionais, refletindo sobre os desafios e as possibilidades que esse movimento trouxe ao contexto educacional.

Logo no início do texto, Alves (2017a) destaca que a gramática escolar tradicional, centrada na prescrição e na rigidez normativa, foi questionada a partir das mudanças de paradigmas teóricos que emergiram nas últimas décadas, especialmente com o avanço da Linguística como ciência. A autora explica que teorias como o gerativismo e o funcionalismo (a exemplo da sociolinguística e de estudos discursivos e pragmáticos) passaram a oferecer fundamentos mais adequados para compreender o funcionamento da linguagem em uso, impactando diretamente as concepções de ensino.

Um dos principais pontos do artigo é a crítica à permanência de práticas conservadoras no ensino de gramática, mesmo diante da renovação teórica. Alves (2017a) aponta que, apesar do avanço das teorias linguísticas, o ambiente escolar ainda reproduz modelos que privilegiam o ensino da norma culta como padrão único e inquestionável. A autora argumenta que essa postura desconsidera a variação linguística, a heterogeneidade dos falantes e as reais necessidades comunicativas dos alunos. A partir disso, Alves (2017a) defende a adoção de uma perspectiva de análise linguística crítica, que ultrapasse a simples descrição de regras e leve o aluno a refletir sobre os usos da língua nos diferentes contextos sociais.

Tal proposta implica considerar os gêneros textuais, a situação de enunciação, os efeitos de sentido e a intencionalidade discursiva como elementos fundamentais para a abordagem gramatical. Para ela, “ensinar gramática deve significar contribuir para a formação de sujeitos críticos e autônomos no uso da linguagem” (Alves, 2017a, p. 296).

Ao final do artigo, a autora conclui que o ensino de gramática precisa estar em consonância com uma concepção sociointeracionista da linguagem, e que o professor deve assumir o papel de mediador do conhecimento, promovendo práticas que articulem a gramática ao letramento e ao desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos. A proposta de Alves (2017a) é clara: o ensino de gramática deve ser repensado à luz das teorias linguísticas contemporâneas e voltado à formação de usuários competentes da língua, e não meros repetidores de regras.

#### **4. O ensino de Gramática à luz da BNCC – Uma perspectiva contemporânea**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, trouxe significativas mudanças na concepção do ensino de Língua Portuguesa, sobretudo em relação ao ensino de gramática. Rompendo com o modelo tradicional, normativo e descontextualizado, a BNCC propõe uma abordagem integrada, funcional e reflexiva, em que o estudo da gramática está a serviço da construção de sentidos, da leitura crítica e da produção de textos em contextos reais de uso.

A BNCC entende que os conhecimentos linguísticos devem ser desenvolvidos em articulação com os campos de atuação (como vida pública, jornalístico-midiático, artístico-literário, entre outros) e com as práticas sociais da linguagem. Com isso, o ensino de gramática deixa de ser um fim em si mesmo para se tornar um meio de compreensão e aprimoramento das práticas discursivas. A proposta não é abandonar o conteúdo gramatical, mas ressignificá-lo, inserindo-o em situações significativas que favoreçam a reflexão sobre a língua em uso.

Nessa perspectiva, os conteúdos gramaticais são trabalhados a partir da análise linguística (Alves 2017a), isto é, por meio da observação, investigação e discussão dos recursos linguísticos presentes em diferentes gêneros textuais. A BNCC defende que essa prática estimula o desenvolvimento da consciência linguística, permitindo ao aluno perceber as possibilidades de variação e escolha na linguagem e como essas escolhas produzem efeitos de sentido nos textos.

Além disso, a BNCC valoriza a diversidade linguística e combate o preconceito linguístico, ao reconhecer que a língua é heterogênea e varia conforme os contextos de uso, regiões e grupos sociais. O ensino de gramática, nesse sentido, deve contemplar a norma-padrão, mas também levar o aluno a compreender e respeitar as variedades linguísticas, capacitando-o a adequar sua linguagem às diferentes situações comunicativas.

Outro aspecto central é a vinculação entre gramática e letramento. A BNCC prevê que o conhecimento gramatical contribua para a leitura crítica, a escrita autoral e a participação cidadã. Portanto, atividades gramaticais devem sempre estar inseridas em práticas de leitura e produção de textos, e não apresentadas de forma mecânica, como listas de regras a serem memorizadas. Em suma, o ensino de gramática proposto pela BNCC (2017a) é dinâmico, contextualizado e orientado ao uso efetivo da língua. Ao deslocar o foco da norma para o sentido, e da regra para a re-

flexão, a Base promove uma educação linguística mais crítica, inclusiva e significativa.

##### **5. Caracterização das questões de Gramática no ENEM (2015–2024)**

Ao longo da última década, as questões de gramática no ENEM caracterizaram-se por uma abordagem predominantemente funcional e contextualizada da linguagem. Em vez de privilegiar a memorização de regras gramaticais isoladas – característica da tradição formalista –, o exame prioriza a compreensão da língua em seus usos sociais e comunicativos.

A análise quantitativa das provas de Linguagens e Códigos do ENEM, no período de 2015 a 2024, confirma essa tendência. O tema mais recorrente foi interpretação de textos, com 33,7% das questões, seguido por estrutura textual e análise de discurso (16,1%), leitura e artes (11,2%) e gêneros textuais (8,9%). Esses números evidenciam a centralidade da competência interpretativa e discursiva na avaliação, alinhada à perspectiva funcionalista, que entende a linguagem como instrumento de interação social.

Outros temas que reforçam esse viés são variação linguística (6,9%) e funções da linguagem (3,6%), ambos diretamente relacionados à valorização dos usos sociais e contextuais da língua. A presença de relações intertextuais (3,6%) e de questões sobre norma culta versus norma popular (2,0%) também revela a preocupação do exame com a diversidade linguística e com a competência pragmática dos candidatos.

Em contrapartida, conteúdos tradicionalmente associados ao ensino formal da gramática aparecem com menor incidência: gramática propriamente dita corresponde a apenas 2,1% das questões, enquanto semântica aparece com 1,8% e figuras de linguagem, com 1,2%. Mesmo temas como pontuação e ortografia, embora relevantes, são abordados de forma contextualizada, inseridos na análise de textos e não como exercícios mecânicos de correção.

Essa distribuição percentual evidencia uma mudança significativa no paradigma de avaliação: há um claro deslocamento do foco tradicional, normativo e estruturalista, para uma abordagem que valoriza a competência comunicativa e discursiva dos estudantes. Assim, o ENEM se alinha à perspectiva funcionalista da linguagem, que privilegia o uso efetivo e significativo dos recursos linguísticos em contextos variados, e

desloca o ensino da gramática de um fim em si mesmo para uma ferramenta de interpretação e produção de sentidos. Portanto, embora o conhecimento gramatical permaneça relevante, sua função no ENEM é sobretudo instrumental, subordinada à capacidade do candidato de compreender e interpretar textos, refletindo, assim, as orientações contemporâneas da Linguística Aplicada e do ensino de línguas.

Esses dados têm importantes implicações para a formação de professores de línguas. O perfil de avaliação do ENEM, centrado em competências de leitura, interpretação e análise discursiva, exige que os docentes transcendam o ensino tradicional, focado exclusivamente na norma-padrão e nas regras gramaticais descontextualizadas.

Assim, é fundamental que a formação inicial e continuada dos professores inclua uma perspectiva ampla e integrada da linguagem, que articule conhecimentos sobre gramática, mas que privilegie a compreensão dos gêneros textuais, das práticas discursivas e das múltiplas variações linguísticas presentes na sociedade. Essa orientação permite que o ensino de língua portuguesa se torne mais significativo, preparando os estudantes não apenas para o exame, mas para uma atuação crítica e competente na vida social.

Exemplos de Questões:

- ENEM 2022: Uma questão analisou a estrutura de um texto que alternava sequências verbais e nominais para criar dinamismo e expressar a experiência de envelhecimento.
- ENEM 2021: Outra questão discutiu a variação no uso dos pronomes de tratamento “tu”
- e “você” em diferentes regiões do Brasil, destacando a diversidade linguística.
- ENEM 2023: Uma questão explorou o uso não convencional de colchetes no nome de uma revista, relacionando a escolha gráfica à proposta editorial de abertura e receptividade.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2020 abordou diversos aspectos da gramática da língua portuguesa, enfatizando tanto o conhecimento das normas quanto a compreensão das variações linguísticas. A seguir, destacamos algumas questões:

**Questão 7 – Variação Linguística e Apagamento de Preposição**

Esta questão analisou o título de um filme que reproduz uma variedade linguística comum entre muitos brasileiros (QUE HORAS ELA VOLTA). A estrutura em questão caracteriza-se pelo apagamento de uma preposição, fenômeno frequente na linguagem oral informal. A alternativa correta foi a letra E.

Eis a questão ao pé da letra:

*A frase, título do filme, reproduz uma variedade linguística recorrente na fala de muitos brasileiros. Essa estrutura caracteriza-se pelo(a):*

*A uso de uma marcação temporal.*

*B imprecisão do referente de pessoa.*

*C organização interrogativa da frase.*

*D utilização de um verbo de ação.*

*E apagamento de uma preposição.*

**Questão 41 – Uso da Norma-Padrão em Contexto Formal**

Baseando-se em trecho do romance “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, a questão explorou o uso da norma-padrão na petição do personagem ao Congresso Nacional. A alternativa correta foi a letra A, indicando que o uso da norma-padrão se justifica pela situação social de enunciação representada.

Segue a questão literalmente:

*Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polémicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma — usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro. (BARRETO, L. Triste fim de Policarpo Quaresma. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br). Acesso em: 26 jun. 2012)*

*Nessa petição da pitoresca personagem do romance de Lima Barreto, o uso da norma-padrão justifica-se pela:*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*A situação social de enunciação representada.*

*B divergência teórica entre gramáticos e literatos.*

*C pouca representatividade das línguas indígenas.*

*D atitude irônica diante da língua dos colonizadores.*

*E tentativa de solicitação do documento demandado.*

### **Questão 35 (ENEM Digital) – Prescrição Gramatical e Linguística**

Esta questão apresentou um texto que critica a rigidez dos gramáticos em relação às normas da língua, destacando a importância de considerar as variações linguísticas reais. A alternativa correta foi a letra C, que aponta a contraposição entre o trabalho do linguista e as prescrições gramaticais. Essas questões refletem a abordagem do ENEM em avaliar não apenas domínio das normas gramaticais, mas também a compreensão das variações linguísticas e o uso da língua em diferentes contextos sociais e culturais.

### **Avaliação das Provas de Gramática no ENEM (2015–2024)**

A abordagem adotada pelo ENEM nos últimos dez anos reflete uma concepção moderna de ensino da língua portuguesa, alinhada às diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

#### **Pontos Positivos:**

- **Contextualização:** As questões inserem os fenômenos gramaticais em contextos reais de uso, promovendo uma aprendizagem mais significativa.
- **Valorização da Diversidade Linguística:** Ao reconhecer e respeitar as variações linguísticas, o exame contribui para a redução do preconceito linguístico e para a valorização das identidades culturais.
- **Integração com a Leitura e a Produção Textual:** A gramática é abordada como ferramenta para a compreensão e a produção de textos, reforçando sua função comunicativa.

#### **Pontos a melhorar:**

- **Equilíbrio entre Conteúdos:** Embora a abordagem funcional seja positiva, é importante garantir que aspectos mais formais da

gramática também sejam contemplados, para uma formação linguística completa.

- Clareza nas Questões: Algumas questões podem apresentar enunciados complexos, o que pode dificultar a compreensão por parte dos candidatos.

Contudo, as provas de gramática do ENEM entre 2015 e 2024 demonstram uma evolução significativa na forma de abordar o ensino da língua portuguesa, priorizando o uso real e significativo da linguagem. Essa abordagem contribui para a formação de leitores e escritores mais críticos e conscientes. No entanto, é fundamental manter um equilíbrio entre os diferentes aspectos da gramática e garantir a clareza das questões para que todos os candidatos possam demonstrar suas competências de forma justa.

#### **6. Gramática no ENEM: análise à luz das teorias linguísticas contemporâneas**

Nos últimos dez anos, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem mantido um padrão consolidado no que diz respeito à abordagem da gramática na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Distanciando-se de uma concepção normativa e fragmentada, o exame adota uma perspectiva discursiva e funcional da linguagem, coerente com os pressupostos da Linguística Aplicada e com os documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). A gramática, nesse sentido, não é avaliada como um conjunto de regras descontextualizadas, mas sim como um instrumento que contribui para a construção de sentido nos textos.

Do ponto de vista do conteúdo, observa-se que os temas gramaticais mais recorrentes são coesão e coerência, variação linguística, aspectos morfossintáticos aplicados ao gênero textual, além da relação entre estrutura linguística e efeitos de sentido. Questões como a que apareceu na prova de 2020, que pedia ao candidato identificar o referente de um pronome demonstrativo no enunciado "... e isso deve ser considerado...", exigem uma análise de mecanismos coesivos, deslocando a gramática da decoreba para a interpretação textual (INEP, 2020). De forma semelhante, a questão de 2022 que tratava do uso do modo verbal imperativo em um cartaz de campanha ecológica reforça a articulação entre morfossin-

taxe e intencionalidade discursiva, uma perspectiva coerente com a função pragmática da linguagem (Koch, 2010).

A presença constante de questões que abordam a variação linguística também merece destaque. Ao tratar das diferentes formas de uso do português – como os pronomes de tratamento “tu” e “você” em diferentes regiões –, o ENEM propõe uma reflexão crítica sobre a heterogeneidade da língua e o preconceito linguístico, valorizando a norma de uso em detrimento da norma culta exclusiva (Bagno, 2007). Essa orientação reforça o papel da escola na formação de sujeitos linguísticos críticos, conscientes da diversidade e da adequação comunicativa.

Do ponto de vista teórico, essa abordagem se alinha à concepção de língua como prática social, tal como defendida por Marcuschi (2008), para quem a linguagem não é um sistema fechado, mas um instrumento de ação no mundo. Nessa perspectiva, a gramática deve ser ensinada e avaliada a partir de situações reais de uso, respeitando os gêneros discursivos e as intencionalidades envolvidas. Isso fica evidente nas provas entre 2015 e 2024, quando questões sobre ortografia, pontuação, concordância ou regência aparecem sempre contextualizadas em gêneros como charges, artigos, cartas, editoriais ou propagandas, evidenciando sua função comunicativa e seu efeito de sentido.

Contudo, embora a prova demonstre um avanço significativo ao evitar a gramática prescritiva, há aspectos que podem ser problematizados. Uma crítica recorrente entre educadores é o fato de que, ao enfatizar quase exclusivamente a gramática em uso, o exame acaba por negligenciar conteúdos mais sistemáticos da análise linguística, como a metalíngua, o reconhecimento de classes gramaticais ou a estruturação sintática mais abstrata. Embora tais conteúdos não devam ser o foco principal, sua ausência sistemática pode gerar um ensino que subestima o conhecimento técnico da língua, importante para certas práticas formais de leitura e escrita. Outro ponto sensível diz respeito ao grau de complexidade de algumas questões. Em determinados anos, os enunciados longos ou a presença de múltiplas camadas interpretativas podem dificultar a resolução por parte de candidatos com menor proficiência leitora, o que levanta questões sobre a equidade da avaliação.

Apesar dessas questões, é inegável que o ENEM tem contribuído para um novo paradigma de ensino da gramática, mais coerente com as práticas sociais da linguagem. Ao privilegiar a análise do uso efetivo da língua em contextos diversos, o exame coloca o estudante como sujeito

ativo na construção de sentidos, aproximando-se de uma pedagogia da linguagem comprometida com a formação cidadã e crítica.

## **7. Considerações finais**

Assim, para preparar o discente da Educação Básica para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é imprescindível que o ensino de gramática seja orientado pela perspectiva da análise linguística, articulando-se com práticas de leitura, escrita e compreensão de textos inseridos em contextos reais de uso. Como destacam Geraldi (1983) e Moura Neves (2003), o ensino gramatical não deve ser concebido como mera memorização de normas, mas como uma reflexão sobre os usos e funções da linguagem, considerando seu caráter social e interacional.

O ENEM não avalia conteúdos gramaticais de forma isolada, tampouco valoriza exercícios tradicionais de análise morfosintática descontextualizada; ao contrário, privilegia a aplicação crítica e funcional da gramática em situações concretas de comunicação, perspectiva coerente com a abordagem funcionalista (Travaglia, 2009) e com a teoria socio-discursiva da linguagem, que concebe a língua como um instrumento de interação e construção de sentidos (Antunes, 2010).

Nesse contexto, uma prática pedagógica eficaz inicia-se com o trabalho a partir de textos autênticos – como notícias, campanhas publicitárias, obras literárias ou postagens em redes sociais –, que permitem aos estudantes analisar fenômenos gramaticais no funcionamento efetivo da língua. Tal abordagem possibilita a observação de elementos como pronomes, tempos e modos verbais, pontuação e vozes, compreendendo sua atuação na produção de sentidos. Por exemplo, a análise do modo imperativo em propagandas evidencia sua função persuasiva, articulando forma e função no processo comunicativo.

De similar importância é o tratamento sistemático da variação linguística, promovendo discussões sobre os múltiplos usos da língua que extrapolam a norma-padrão, em consonância com as concepções de linguagem como prática social (Geraldi, 1983; Moura Neves, 2003). Essa abordagem contribui para a formação de leitores críticos, capazes de interpretar discursos variados, como frequentemente é exigido no ENEM. Por exemplo, a comparação entre trechos de literatura de cordel e textos jornalísticos favorece a problematização das escolhas linguísticas e de seus efeitos de sentido.

Além disso, atividades de reescrita e paráfrase permitem ao estudante modificar estruturas sintáticas, pronominais ou temporais, promovendo a compreensão das funções sintáticas e semânticas dos constituintes textuais. A transformação do discurso direto em indireto, por exemplo, evidencia alterações na pontuação e nos tempos verbais, aprofundando a percepção dos efeitos produzidos por tais modificações.

Outro aspecto fundamental consiste na exploração dos mecanismos de coesão textual. Ao trabalhar com conectivos, pronomes e elipses, a partir da análise de redações-modelo do ENEM, o aluno desenvolve habilidades para organizar argumentos com clareza e coerência, aspectos essenciais para a construção de textos dissertativo-argumentativos, como apontam Antunes (2010) e Travaglia (2009). Da mesma forma, a promoção de análises críticas de discursos estimula a reflexão sobre como a linguagem opera na construção de argumentos, valores e ideologias, especialmente em textos opinativos, campanhas publicitárias, charges e *memes*. Esse tipo de abordagem evidencia, por exemplo, como o uso de verbos no presente e de adjetivos valorativos contribui para sustentar determinados pontos de vista, articulando gramática e contexto discursivo, conforme defendem Moura Neves (2003) e Antunes (2010).

A realização de simulados linguísticos, elaborados segundo a lógica avaliativa do ENEM, constitui uma estratégia que familiariza o estudante com as demandas da prova. Questões como “A substituição do termo X por Y manteria o sentido do texto? Justifique com base na função sintática” orientam o aluno a compreender a gramática não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção de significados, consolidando uma prática pedagógica coerente com as exigências contemporâneas da avaliação e com o desenvolvimento da competência comunicativa, conforme postulam Geraldi (1983) e Travaglia (2009).

Por fim, evidenciamos que a proposta pedagógica do ENEM está em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que enfatiza a necessidade de um ensino de língua portuguesa pautado pelo desenvolvimento de competências relacionadas ao uso efetivo da linguagem em contextos sociais diversos. A BNCC propõe que a análise linguística e semiótica seja integrada às práticas de leitura, escrita, oralidade e produção textual, superando a abordagem tradicional de ensino de gramática como mero treinamento mecânico de regras. Dessa forma, o ensino da gramática passa a ser concebido como um instrumento para a reflexão crítica sobre os efeitos de sentido produzidos em diferentes gêneros discursivos, promovendo a formação de sujeitos capa-

zes de atuar de maneira competente, ética e autônoma nas múltiplas esferas da vida social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Linguística aplicada como um campo de saber transdisciplinar*. Campinas: Pontes, 2012.

ALVES, Rosana Ferreira. Caracterização de questões de gramática no ENEM. *Cadernos do CNLF*, v. XVIII, n. 12, p. 176-94. XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2014.

ALVES, Rosana Ferreira. Ensino de gramática no cenário atual: impactos de princípios e parâmetros de teorias linguísticas nas três últimas décadas. *Linguagem & Ensino*, v. 20, n. 2, p. 277-307, Pelotas, jul./dez. 2017a.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. São Paulo: Cultrix, 2000.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

\_\_\_\_\_. *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books, 1975.

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1984.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2010.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A.G.; BEZERRA, M.A. (Orgs). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008. p. 19-36

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola: normas e uso*. São Paulo: Contexto, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Outras fontes:

GUIA DO ESTUDANTE. *O que mais cai em Linguagens no Enem?*. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/o-que-mais-cai-em-linguagens-no-enem-e-como-estudar>. Acesso em: 1 jun. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Provas e gabaritos do ENEM (2015–2024)*. Brasília: INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 10 abr. 2025.